



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

Ribeirão Claro – PR, Sábado, 23 de Setembro de 2017.

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ano IV Edição nº 818

Pág. 1 / 30

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Diário Oficial Eletrônico do Município de Ribeirão Claro
Lei Municipal nº 1003/2013, de 17 de Dezembro de 2013.

Mário Augusto Pereira

Prefeito Municipal

Afonso Dejalva da Silva

Secretário Municipal de Administração

Murilo Junior Diniz

Departamento de Informática - Diagramador

Setor responsável pela edição, publicação e assinatura digital.

Rua Coronel Emílio Gomes, 731 CEP: 86410-000

Fone: (43) 3536-1300 - Ramal: 221 / Fax: (43) 3536-1222

Ribeirão Claro - Paraná

Email: diariooficial@ribeiraoclaro.pr.gov.br

Site: www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

DIVISÃO DE PESSOAL

PORTARIA N.º 241, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017.

Exonera o servidor Marcos Rogério Nardo do cargo de provimento em comissão de Ouvidor Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 21 de setembro de 2017, do cargo de provimento em comissão de Ouvidor Municipal, o servidor Marcos Rogério Nardo, matrícula 1334/0.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, em 21 de setembro de 2017.

MÁRIO AUGUSTO PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 242, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017.

Nomeia **Ana Paula da Silva** para exercer o cargo de provimento em comissão de Ouvidor Municipal, nos termos da Lei Complementar n.º 091, de 16 de dezembro de 2014, alterada pelo art. 11 da Lei Complementar n.º 103/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, VI, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve

Art. 1º. Nomear, a partir de 22 de setembro de 2017, nos termos da Lei Complementar n.º 091, de 16 de dezembro de 2014, alterada pelo art. 11 da Lei Complementar n.º 103, de 23 de agosto de 2017, Ana Paula da Silva, portadora da CIRG n.º 9.598.764-8/PR, para exercer o cargo de provimento em comissão de Ouvidor Municipal, símbolo CC-06.

SUMARIO

	PAGINAS
- DIVISÃO DE PESSOAL	1
- LICITAÇÃO E CONTRATOS	2
- HOMOLOGAÇÕES	4
- ERRATA DECRETO Nº 640/2017	11
- DECRETO Nº 645/2017	12
- LEI Nº. 1252/2017 (REFIS)	13
- LEI Nº. 1253/2017 (FOMENTO RURAL)	16
- LEI Nº. 1254/2017	21
- LEI Nº. 1255/2017	22
- LEI Nº. 1256/2017	23
- RREO 4º BIMESTRE	24

DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.ribeiraoclaro.pr.gov.br



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

Ribeirão Claro – PR, Sábado, 23 de Setembro de 2017.

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ano IV Edição nº 818

Pág. 2 / 30

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2017.

MÁRIO AUGUSTO PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA Nº 75/2017 (PMRC)

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios diversos para o preparo da merenda nas escolas da rede pública municipal de ensino e para o preparo de lanches de reuniões pedagógicas e capacitações promovidas pela SEMEC.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO **CNPJ:** 75.449.579/0001-73

Contratados:

ERINEU BAGGIO & CIA LTDA **CNPJ:** 75.207.126/0001-30 **Valor:** R\$ 3.861,87

TEREZA ERNESTINA DAYEH - ME **CNPJ:** 78.767.480/0001-08 **Valor:** R\$ 952,40

MAESTRO COMERCIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI - ME **CNPJ:** 22.895.723/0001-39 **Valor:** R\$ 7.451,47

Valor Total: 12.265,74 (Doze mil, duzentos e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos).

Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso IV, da Lei 8.666/93.

Ribeirão Claro-Pr, 22 de setembro de 2017.

Mário Augusto Pereira
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA Nº 72/2017 (PMRC)

Objeto: Aquisição de 1 (um) par de amortecedores dianteiros para o veículo I/M. BENZ 415CDI Sprinter, ano/modelo 2015/2016, de placas: AZT 3919, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO

CNPJ: 75.449.579/0001-73

Contratado: L. B. P. NOCHELLI - ME

CNPJ: 21.009.025/0001-26

Valor Total: R\$ 920,00 (novecentos e vinte reais).

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

Ribeirão Claro-Pr, 22 de setembro de 2017.

Mário Augusto Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 84/2017 – (PMRC) DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE Nº 71/2017 (PMRC)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO – PARANÁ

CNPJ/MF: 75.449.579/0001-73

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA DE LIVROS E BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS PIMPAO LTDA

CNPJ/MF: 85.050.656/0001-71

OBJETO: Aquisição de brinquedos pedagógicos destinados a atender as necessidades do CMEI Maria Baggio da rede pública de ensino do município de Ribeirão Claro.

VALOR: R\$ 6.135,10 (seis mil, cento e trinta e cinco reais e dez centavos).

VIGÊNCIA: 22 de setembro de 2017 a 21 de dezembro de 2017.

Ribeirão Claro, 21 de setembro de 2017.

Mário Augusto Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2017 – (PMRC) PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2017 (PMRC) – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO – PARANÁ

CNPJ/MF: 75.449.579/0001-73

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO – PARANÁ

CNPJ/MF: 09.268.008/0001-08

CONTRATADA: GENIVALDO PAULO DA ROSA – ME

CNPJ/MF: 11.387.440/0001-60

OBJETO: A possível contratação de serviços de transporte sanitário de pacientes com veículo tipo van, com capacidade mínima para 8 (oito) passageiros, sempre com saída do patrimônio dos Três Corações, conforme percurso estipulado pela Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sábado, 23 de Setembro de 2017.

Ano IV

Edição nº 818

Pág. 3 / 30

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

VALOR: R\$ 48.480,00 (quarenta e oito mil, quatrocentos e oitenta reais).

PAGAMENTO: Em até 15 (quinze) dias consecutivos, após a entrega dos produtos mediante apresentação de Nota Fiscal.

VIGÊNCIA: 25 de setembro de 2017 a 24 de setembro de 2018.

Ribeirão Claro, 22 de setembro de 2017.

Mário Augusto Pereira
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sábado, 23 de Setembro de 2017.

Ano IV

Edição nº 818

Pág. 4 / 30

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

AVISO DE DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2017 (PMRC) – REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2017

MÁRIO AUGUSTO PEREIRA, Prefeito do Município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, principalmente para a intimação das partes, terceiros e eventuais interessados que **HOMOLOGOU**, o processamento do Pregão Presencial nº 71/2017 (PMRC) – Registro de Preços, realizado no dia 31 de agosto de 2017 (Lances e Habilitação), objetivando **AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA SEREM UTILIZADOS NA PREMIAÇÃO DOS EVENTOS E CAMPEONATOS PROMOVIDOS POR ESTA SECRETARIA**, ficando assim **ADJUDICADO** o **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, em favor das empresas infra relacionadas, por terem satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e apresentado propostas convenientes aos interesses da administração:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN.	QTDE	VL UNIT	PROPONENTE VENCEDORA
1	Confecção de troféu personalizado produzido em MDF de 15 mm com recorte especial aplique em resina com modalidade esportiva, pintura laca e verniz PU - Tamanho 65 x 35 cm	K2	Uni	5	125,00	KLOSIENSKI & CARVALHO LTDA – ME (CNPJ: 25.067.639/0001-15)
2	Confecção de troféu personalizado produzido em MDF de 15 mm com recorte especial aplique em resina com modalidade esportiva, pintura laca e verniz PU - Tamanho 60 x 30 cm	K2	Uni	5	118,00	KLOSIENSKI & CARVALHO LTDA – ME (CNPJ: 25.067.639/0001-15)
3	Confecção de troféu personalizado produzido em MDF de 12 mm com recorte especial aplique em resina com modalidade esportiva, pintura laca e verniz PU - Tamanho 50 x 25 cm	K2	Uni	5	110,00	KLOSIENSKI & CARVALHO LTDA – ME (CNPJ: 25.067.639/0001-15)
4	Confecção de troféu personalizado produzido em MDF de 12 mm com recorte especial aplique em resina com modalidade esportiva, pintura laca e verniz PU - Tamanho 35 x 20 cm	K2	Uni	55	40,00	KLOSIENSKI & CARVALHO LTDA – ME (CNPJ: 25.067.639/0001-15)
5	Confecção de troféu personalizado produzido em MDF de 12 mm com recorte especial aplique em resina com modalidade esportiva, pintura laca e verniz PU - Tamanho 20 x 15 cm	K2	Uni	250	23,00	KLOSIENSKI & CARVALHO LTDA – ME (CNPJ: 25.067.639/0001-15)
6	Confecção de medalhas de ouro personalizadas fundidas em ZAMAC - Tamanho 7,5 x 7,5 cm - Frente com detalhes em alto relevo identificando a modalidade esportiva, verso espaço para personalização com etiqueta resinada	K2	Uni	190	4,65	KLOSIENSKI & CARVALHO LTDA – ME (CNPJ: 25.067.639/0001-15)
7	Confecção de medalhas de prata personalizadas fundidas em ZAMAC - Tamanho 7,5 x 7,5 cm - Frente com detalhes em alto relevo identificando a modalidade esportiva, verso espaço para personalização com etiqueta resinada	K2	Uni	190	4,65	KLOSIENSKI & CARVALHO LTDA – ME (CNPJ: 25.067.639/0001-15)
8	Confecção de medalhas de bronze personalizadas fundidas em ZAMAC - Tamanho 7,5 x 7,5 cm - Frente com detalhes em alto relevo identificando a modalidade esportiva, verso espaço para personalização com etiqueta resinada	K2	Uni	190	4,65	KLOSIENSKI & CARVALHO LTDA – ME (CNPJ: 25.067.639/0001-15)
9	Placa de homenagem Tamanho 35 cm	VITORIA	Uni	6	80,00	BIG BALL SPORTS MATERIAL ESPORTIVO LTDA-ME (CNPJ: 20.510.631/0001-68)

Junte-se ao procedimento
Publique-se,

Ribeirão Claro-Pr, 21 de setembro de 2017.

Mário Augusto Pereira
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

Ribeirão Claro – PR, Sábado, 23 de Setembro de 2017.

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ano IV Edição nº 818

Pág. 5 / 30

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

AVISO DE DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2017 (PMRC) – REGISTO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 155/2017

MÁRIO AUGUSTO PEREIRA, Prefeito do Município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, principalmente para a intimação das partes, terceiros e eventuais interessados que **HOMOLOGOU**, o processamento do Pregão Presencial nº 74/2017 (PMRC) – Registro de Preços, realizado no dia 05 de setembro de 2017 (Lances e Habilitação), objetivando **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA USO NAS OFICINAS DE ARTESANATO OFERTADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CRAS PARA AS PESSOAS EM GERAL RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO – PR.**, ficando assim **ADJUDICADO** o **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, em favor das empresas infra relacionadas, por terem satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e apresentado propostas convenientes aos interesses da administração:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	APRES	QUANT	VALOR UNIT	PROponente VENCEDORA
1	AGULHA DE MAO PARA COSTURA EM ACO NIQUELADO NUMERO 05	CORRENTE	UNI	80	0,12	LANARTE COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - ME
2	AGULHA DE BORDAR EM ACO NIQUELADO NÚMERO 24	COAST CORRENTE	UNI	20	0,25	MARLENE NUNES DE OLIVEIRA - ME
3	AGULHA DE MÁQUINA PARA COSTURA EM ACO NIQUELADO NÚMERO 14	SINGER	UNI	20	0,44	MARLENE NUNES DE OLIVEIRA - ME
4	ALFINETE DE COSTURA NUMERO 29 EM ACO NIQUELADO - CAIXA DE 50 GRAMAS	CLASSE	CX	5	1,43	EMERSON LUIZ DA SILVA - ME
5	ARGOLA DE ACRÍLICO COM 04CM DE DIÂMETRO PARA ARTESANATO	MP	UNI	30	0,25	LANARTE COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - ME
6	ARGOLA DE ACRÍLICO GRANDE COM 10CM DE DIÂMETRO PARA ARTESANATO	MP	UNI	180	0,40	LANARTE COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - ME
7	BARBANTE DE ALGODÃO CRÚ 4/6	PIRA	ROL	25	4,48	ROSINÉIA DE CÁSSIA R. VALENTE - ME
8	BARBANTE DE ALGODÃO COLORIDO 4/6; CORES A DEFINIR	PIRA	ROL	15	3,97	ROSINÉIA DE CÁSSIA R. VALENTE - ME
9	BETUME DE JUDEIA FRASCO COM 100 ML	ACRILEX	UNI	4	4,19	MARLENE NUNES DE OLIVEIRA - ME
10	BORDADO INGLÊS BRANCO; BASE 80% POLIÉSTER E 20% ALGODÃO E DESENHO 100% POLIÉSTER; PEÇA COM MÍNIMO 13MTS	EXCEL	UNI	23	7,96	LANARTE COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - ME
11	BOTÃO DE PLÁSTICO COM DOIS FUROS PARA CAMISA; CORES A DEFINIR.	COROZITA	UNI	1500	0,10	MARLENE NUNES DE OLIVEIRA - ME
12	BOTÃO DE PLÁSTICO INFANTIL, MODELOS A DEFINIR	COROZITA	UNI	50	0,25	MARLENE NUNES DE OLIVEIRA - ME
13	CLIPES GALVANIZADOS 2/0 COM 500G	XR	CX	1	5,95	EMERSON LUIZ DA SILVA - ME
14	COLA BRANCA LAVAVEL EMBALAGEM PLASTICA DE 1KG	MARIPEL	UNI	10	7,90	ROSINÉIA DE CÁSSIA R. VALENTE - ME
15	COLA UNIVERSAL PARA ARTESANATO; EMBALAGEM MÍNIMO DE 17G	PEGAMIL	UNI	30	3,20	MARLENE NUNES DE OLIVEIRA - ME
16	ELÁSTICO CHATO PARA COSTURA 6MM Nº10 EMBALAGEM COM 10 MTS	REAL	UNI	45	3,00	ROSINÉIA DE CÁSSIA R. VALENTE - ME
17	ELÁSTICO CHATO PARA COSTURA 9MM Nº14 EMBALAGEM COM 10 MTS	SÃO JOSE	UNI	30	3,88	EMERSON LUIZ DA SILVA - ME
18	ESTILETE RETRATIL Nº 6 DE PLÁSTICO COM LAMINA DE ACO INOXIDÁVEL COM DISPOSITIVO PARA TRAVAR E PARA SUBSTITUIR A LAMINA	MASTER	UNI	20	0,85	EMERSON LUIZ DA SILVA - ME
19	FLANELA AMARELA PARA LIMPEZA TAMANHO 28 CM X 38 CM 100% ALGODÃO	CHAPA	UNI	10	1,20	ROSINÉIA DE CÁSSIA R. VALENTE - ME
20	FIBRA SILICONADA VIRGEM 100% POLIÉSTER PARA ENCHIMENTO – PLUMANTE ; PACOTE MÍNIMO DE 01KG	ATIMAN	PCT	100	14,90	HERNANDES & CIA LTDA - ME
21	FIO PARA OVERLOK 100% POLIÉSTER TEXTURIZADO; COR BRANCO; CONE COM MÍNIMO 5000JARDAS	OK	UNI	10	2,96	ROSINÉIA DE CÁSSIA R. VALENTE - ME
22	FITA CREPE 3M 18 X 50	FLAX	ROL	8	2,20	EMERSON LUIZ DA SILVA - ME
23	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12MMX50MT	FIT	ROL	6	0,89	ROSINÉIA DE CÁSSIA R. VALENTE - ME
24	FITA DE CETIM DE Nº 01 FACE SIMPLES; PACOTE MÍNIMO DE 10MTS – CORES A DEFINIR	NAJAR	PCT	80	1,40	MARLENE NUNES DE OLIVEIRA - ME
25	FITA DE CETIM DE Nº 05 FACE SIMPLES; PACOTE MÍNIMO DE 10MTS – CORES A DEFINIR	NAJAR	PCT	15	3,65	MARLENE NUNES DE OLIVEIRA - ME
26	FITA FLORAL VERDE MUSGO; ROLO COM MÍNIMO 27MTS	MP	ROL	10	2,01	LANARTE COMERCIO DE

DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de **Ribeirão Claro** dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.ribeiraoclaro.pr.gov.br



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br	De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013
Ribeirão Claro – PR, Sábado, 23 de Setembro de 2017.	Ano IV Edição nº 818
Pág. 6 / 30	

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

27	FITA FLORAL MARROM; ROLO COM MÍNIMO 27MTS	MP	ROL	10	2,01	ARMARINHOS LTDA - ME
28	LAPIS PRETO Nº 02 PARA ESCREVER	KINGS	UNI	30	0,20	LANARTE COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - ME
29	LAPIS PRETO Nº 02 PARA ESCREVER	KINGS	UNI	30	0,20	EMERSON LUIZ DA SILVA - ME
29	LINHA DE LÃ 100% ACRÍLICA; CONE COM MÍNIMO 1.250MTS; CORES A DEFINIR	PARAMOUNT	UNI	50	17,15	LANARTE COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - ME
30	LINHA PARA BORDAR; MEADA COM MÍNIMO DE 08MT; CORES A DEFINIR	CIRCULO	UNI	200	1,18	LANARTE COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - ME
31	LINHA PARA COSTURA 100% POLIÉSTER; CONE COM MÍNIMO 1500JARDAS; CORES A DEFINIR	TRICHE	UNI	50	1,95	MARLENE NUNES DE OLIVEIRA - ME
32	LINHA PARA CROCHÊ 100% ALGODÃO MERCERIZADO; MÍNIMO 1000MT CORES A DEFINIR	PARAMOUNT	UNI	70	9,40	LANARTE COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - ME
33	LINHA DE PIPA Nº10, 100% ALGODÃO; COR BRANCA; CARRETEL COM 500JDS	MALULI	UNI	16	4,55	EMERSON LUIZ DA SILVA - ME
34	LINHA CORDONE PARA COSTURA – 100% ALGODÃO Nº0; CORES A DEFINIR; ROLO COM MÍNIMO 183MTS	URSO	UNI	6	15,00	LANARTE COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - ME
35	LINHA PARA PESCA Nº0,25MM; ROLO COM MÍNIMO 150MTS	MALULI	ROL	10	2,85	EMERSON LUIZ DA SILVA - ME
36	MANTA ACRÍLICA; 100% POLIÉSTER LEVEMENTE COLANTE DE UM DOS LADOS; LARGURA MÍNIMA DE 1,5MTS; COR BRANCA	OBER	M	30	9,96	LANARTE COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - ME
37	MISSANGAS, TAMANHO MÉDIO; PACOTE COM MÍNIMO 100GRS; CORES A DEFINIR	MP	PCT	30	3,36	LANARTE COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - ME
38	OLHO MÓVEL PAR ARTESANATO DE 4MM; EMBALAGEM COM 100 UNIDADES;	MP	PCT	1	1,38	LANARTE COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - ME
39	OLHO MÓVEL PAR ARTESANATO DE 6MM; EMBALAGEM COM 100 UNIDADES;	MP	PCT	1	1,92	LANARTE COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - ME
40	PALHA DA COSTA (RÁFIA); COR: NATURAL; PACOTE COM MÍNIMO 200GR	MP	PCT	10	13,80	LANARTE COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - ME
42	PAPEL PARANÁ GROSSO 1,20X0,90	VMP	UNI	15	2,50	MARLENE NUNES DE OLIVEIRA - ME
43	PAPEL TERMOCOLANTE	IORELLA	M	20	4,11	LANARTE COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - ME
44	PASSA FITA BRANCO; 70% POLIÉSTER E 30% ALGODÃO; LARGURA MÍNIMA DE 3,3CM; PEÇA COM MÍNIMO DE 10MTS	MARILDA	UNI	23	10,19	ROSINÉIA DE CÁSSIA R. VALENTE - ME
45	PINCEL DE ½" COM CABO E VIOLA EM ALUMÍNIO POLIDO E FILAMENTO SINTÉTICO	CONDOR	UNI	18	2,85	ROSINÉIA DE CÁSSIA R. VALENTE - ME
46	PINCEL DE 1" COM CABO E VIOLA EM ALUMÍNIO POLIDO E FILAMENTO SINTÉTICO	CONDOR	UNI	18	4,00	ROSINÉIA DE CÁSSIA R. VALENTE - ME
47	PINCEL DE 1 E MEIO" COM CABO E VIOLA EM ALUMÍNIO POLIDO E FILAMENTO SINTÉTICO	CONDOR	UNI	18	5,80	ROSINÉIA DE CÁSSIA R. VALENTE - ME
48	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE PLASTICA BIVOLT (110V/220V) POTENCIA 80W PARA APLICACAO DE COLA EM BASTAO GROSSA BICO APLICADOR EM METAL SUPORTE DE APOIO DOBRAVEL EM METAL GATILHO PLASTICO CABO E PLUG CONFORME AS ESPECIFICACOES DO INMETRO	CLASSE	UNI	3	10,95	EMERSON LUIZ DA SILVA - ME
49	REFIL DE COLA QUENTE GROSSA	JOCAR	UNI	50	0,55	MARLENE NUNES DE OLIVEIRA - ME
50	REGUA PLASTICA - 30 CM - TRANSPARENTE	WALEU	UNI	10	0,49	EMERSON LUIZ DA SILVA - ME
51	RENDA DE POLIÉSTER BRANCA; 100% POLIÉSTER; LARGURA MÍNIMA 25MM; ROLO COM MÍNIMO 50MTS	CIRCULO	ROL	10	21,80	LANARTE COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - ME
52	SACO ALVEJADO, 100% ALGODÃO; BOA RESISTÊNCIA; MEDIDAS MÍNIMAS 54X73CM	CHAPA	UNI	1000	2,69	ROSINÉIA DE CÁSSIA R. VALENTE - ME
53	TECIDO: JUTA TRADICIONAL TRAMA FECHADA; 100% VEGETAL; COR: NATURAL; ROLO COM MÍNIMO DE 50MTS	NIAZI	ROL	6	240,00	EMERSON LUIZ DA SILVA - ME
54	TECIDO ATOALHADO FELPUDO LISO; 100% ALGODÃO; LARGURA MÍNIMA 140CM; COR BRANCO	DOHLER	M	20	16,95	HERNANDES & CIA LTDA - ME
55	TECIDO ETAMINE PARA BORDAR; 100% ALGODÃO; LARGURA MÍNIMA 1,40M; COR BRANCO	DOHLER	M	100	13,14	HERNANDES & CIA LTDA - ME
56	TECIDO DE ALGODÃO CRÚ; 100% ALGODÃO	APUCARANA	M	100	4,17	LANARTE COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - ME
57	TECIDO DE FELTRO LISO CORES A DEFINIR	SANTA FE	M	110	9,62	MARLENE NUNES DE OLIVEIRA - ME
58	TECIDO PIQUET 100%ALGODÃO; COR BRANCO	FARRINHA	M	30	27,10	ROSINÉIA DE CÁSSIA R. VALENTE - ME
59	TECIDO POÁ, 100% ALGODÃO, CORES A DEFINIR	NIAZI	M	150	13,80	EMERSON LUIZ DA SILVA - ME
60	TECIDO 100% ALGODAO PARA ARTESANATO ESTAMPAS A DEFINIR	SARKIS	M	180	15,00	LANARTE COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - ME
61	TESOURA PARA COSTURA Nº 7 POLEGADAS LAMINA EM ACO INOX CABO EM POLIPROPILENO	JOCAR	UNI	17	3,90	EMERSON LUIZ DA SILVA - ME

DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.ribeiraoclaro.pr.gov.br



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sábado, 23 de Setembro de 2017.

Ano IV Edição nº 818

Pág. 7 / 30

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

62	TESOURA DE PICOTAR - MEDINDO 21 CM, CABO EM POLIPROPILENO ATOXICO, COM ANEIS DE BORRACHA, PARA DESTRO, 02 DEDOS, COM REBITE, LAMINA EM ACO INOXIDAVEL, COM GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICACAO POR TEMPO INDETERMINADO	CLASSE	UNI	2	30,20	ROSINÉIA DE CÁSSIA R. VALENTE - ME
64	TINTA DIMENSIONAL BRILHANTE 35ML CORES A DEFINIR	ACRILEX	UNI	20	2,72	LANARTE COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - ME
65	TINTA DIMENSIONAL BRILHANTE RELEVO 3D 35 ML CORES A DEFINIR	ACRILEX	UNI	20	2,72	LANARTE COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - ME
66	TINTA LÁTEX PVA PARA PINTURA DE PAREDE COR BRANCA, LATA DE 3,6LTS	GRAFITEX	UNI	2	61,30	HERNANDES & CIA LTDA - ME
67	TINTA PARA TECIDO; EMBALAGEM MÍNIMA DE 37ML; CORES A DEFINIR	ACRILEX	UNI	200	1,76	MARLENE NUNES DE OLIVEIRA - ME
68	TOALHA DE MÃO COM BARRADO PARA BORDAR; 100% ALGODÃO; COR BRANCA	ESTILOTEX	UNI	50	1,77	MARLENE NUNES DE OLIVEIRA - ME
69	TOALHA DE ROSTO COM BARRADO PARA BORDAR; 100% ALGODÃO; COR BRANCA	NIAZI	UNI	50	4,35	EMERSON LUIZ DA SILVA - ME
70	VELCRO 19MM; 100% POLIAMIDA(NYLON); COR: BRANCO; CAIXA COM 10MTS	HOOK	UNI	5	9,45	EMERSON LUIZ DA SILVA - ME
71	VIÉS 100% ALGODÃO DE 35MM; ROLO COM 20MTS; CORES A DEFINIR	DESTAQUE	ROL	70	4,73	LANARTE COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - ME
72	ZIPPER COMUM, TAMANHO 30CM; CORES A DEFINIR	MP	UNI	150	0,23	LANARTE COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - ME

Junte-se ao procedimento
Publique-se,

Ribeirão Claro-Pr, 21 de setembro de 2017.

Mário Augusto Pereira
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sábado, 23 de Setembro de 2017.

Ano IV

Edição nº 818

Pág. 8 / 30

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

AVISO DE DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2017 (PMRC) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/2017

MÁRIO AUGUSTO PEREIRA, Prefeito do Município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, principalmente para a intimação das partes, terceiros e eventuais interessados que **HOMOLOGOU**, o processamento do Pregão Presencial nº 75/2017 (PMRC) – PREGISTRO DE PREÇOS, realizado no dia 30 de agosto de 2017 (Lances e Habilitação), objetivando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA OU AGRIMENSURA E GEODÉSIA DIVERSAS INCLUEM-SE DESPESAS DE DESLOCAMENTO, ALIMENTAÇÃO, MÃO DE OBRA AUXILIAR, MATERIAIS E TRIBUTOS (REGISTRO DE PREÇO)**, ficando assim **ADJUDICADO** o **PREGÃO PRESENCIAL**, em favor da empresa **PLANCONTEC ASSESSORIA PLANEJAMENTO AGROPECUARIO LTDA ME (CNPJ: 82.291.204/0001-93)**, por ter satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e apresentado propostas convenientes aos interesses da administração:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UN.	VL UNIT
1	PRESTACAO DE SERVICOS DE TOPOGRAFIA OU AGRIMESURA E GEODESIA DIVERSAS, INCLUI-SE DESPESAS DE DESLOCAMENTO, ALIMENTACAO, MAO DE OBRA AUXILIAR, MATERIAIS E TRIBUTOS	400	h	74,99

Junte-se ao procedimento
Publique-se,

Ribeirão Claro-Pr, 21 de setembro de 2017.

Mário Augusto Pereira
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sábado, 23 de Setembro de 2017.

Ano IV

Edição nº 818

Pág. 9 / 30

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

AVISO DE DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2017 (PMRC) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2017

MÁRIO AUGUSTO PEREIRA, Prefeito do Município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, principalmente para a intimação das partes, terceiros e eventuais interessados que **HOMOLOGOU**, o processamento do Pregão Presencial nº 77/2017 (PMRC), realizado no dia 11 de setembro de 2017 (Lances e Habilitação), objetivando **AQUISIÇÃO DE MOTOBOMBA E MATERIAIS PARA USO NA LIMPEZA DO LADO DO CHAFARIZ LOCALIZADO NO PORTAL DO MUNICÍPIO**, ficando assim **ADJUDICADO** o **PREGÃO PRESENCIAL**, em favor da empresa **V A BARBOSA PISCINAS - ME (CNPJ: 23.152.518/0001-46)**, por terem satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e apresentado propostas convenientes aos interesses da administração:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN.	QTDE	VL UNIT	VLR TOTAL
LOTE 1						
1	ASPIRADOR PARA SUÇÃO DE SUJEIRA	SIBRAPE	Uni	1	37,00	37,00
2	PENEIRA METALICA	SIBRAPE	Uni	1	34,00	34,00
3	MANGUEIRA SECCIONADA	SIBRAPE	M	10	11,00	110,00
4	ADAPTADOR EM SILICONE	SIBRAPE	Uni	2	10,50	21,00
5	PONTEIRA	SIBRAPE	Uni	1	10,50	10,50
6	CABO TELESCÓPIO DE ALUMINIUM 3M	SIBRAPE	Uni	1	60,00	60,00
LOTE 2						
1	MOTOBOMBA 1 CV	SIBRAPE	Uni	1	1.200,00	1.200,00
TOTAL GERAL						1.472,50

Junte-se ao procedimento
Publique-se,

Ribeirão Claro-Pr, 21 de setembro de 2017.

Mário Augusto Pereira
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sábado, 23 de Setembro de 2017.

Ano IV

Edição nº 818

Pág. 10 / 30

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

AVISO DE DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2017 (PMRC) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 159/2017

MÁRIO AUGUSTO PEREIRA, Prefeito do Município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, principalmente para a intimação das partes, terceiros e eventuais interessados que **HOMOLOGOU**, o processamento do Pregão Presencial nº 78/2017 (PMRC), realizado no dia 12 de setembro de 2017 (Lances e Habilitação), objetivando **POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFEÇÃO DE PLACAS DE SENTIDO OBRIGATÓRIO E PROIBIDO ESTACIONAR EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 2"1 2,63MM PINTURA AUTOMOTIVA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAL)**, ficando assim **ADJUDICADO** o **PREGÃO PRESENCIAL**, em favor da empresa **LIVINA APARECIDA ROSA 03814367995 (CNPJ: 24.231.850/0001-69)**, por ter satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e apresentado propostas convenientes aos interesses da administração:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTDE	VL UNIT	VLR TOTAL
1	PLACA SENTIDO OBRIGATORIO DIREITA (1,00X0,50M)	Uni	4	250,00	1.000,00
2	PLACA SENTIDO OBRIGATORIO ESQUERDA (1,00X0,50M)	Uni	4	250,00	1.000,00
3	PLACA PROIBIDO ESTACIONAR CAMINHOS (1,00X0,50M)	Uni	8	250,00	2.000,00
4	TUBO EM AÇO GALVANIZADO 2"1 2,63 MM PINTURA AUTOMOTIVA	Uni	16	97,00	1.552,00
TOTAL GERAL					5.552,00

Junte-se ao procedimento
Publique-se,

Ribeirão Claro-Pr, 21 de setembro de 2017.

Mário Augusto Pereira
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sábado, 23 de Setembro de 2017.

Ano IV

Edição nº 818

Pág. 11 / 30

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

ERRATA

No Decreto nº. 640, de 01 de setembro de 2017, publicado às fls. 03 da Edição nº. 1999, de 02 de setembro de 2017, no Jornal Pérola do Norte, e às fls. 04 da Edição nº. 806, de 02 de setembro de 2017, no Diário Oficial Eletrônico, por erro na digitação do seguinte dispositivo:

Onde se lê:

ART. 2º -”

I - Galerias e Águas Pluviais do Loteamento Bechara III, Lote 02 da Quadra "A" do loteamento RESIDENCIAL BECHARA IV, mais a caução anterior.

Leia-se:

ART. 2º -”

I - Galerias e Águas Pluviais do Loteamento Bechara III, Lote 02 da Quadra "A" do loteamento RESIDENCIAL BECHARA III, mais a caução anterior.

Ribeirão Claro, 18 de setembro de 2017.

**MÁRIO AUGUSTO PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL**



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

Ribeirão Claro – PR, Sábado, 23 de Setembro de 2017.

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ano IV Edição nº 818

Pág. 12 / 30

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

DECRETO Nº 645/2017

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento para a Unidade Gestora Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, VI, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 43, I, da Lei Federal nº. 4320/64, e no inciso IV do art. 5º da Lei Municipal nº 1.214, de 17 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município, Exercício de 2017, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

11.01–SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

11.001–Serviço Autônomo de Água e Esgoto

17.122.0017.2080–Manutenção da Administração - SAAE

3.3.90.14.00.00– Diárias-Pessoal Civil

Fonte:3.0076-Recursos Ordinários (Livres)–Exercícios Anteriores..... 2.000,00

17.512.0017.2082–Manutenção do Sistema de Esgoto

3.1.90.11.00.00 – Vencimento e Vantagens Fixas-Pessoal Civil

Fonte:3.0076-Recursos Ordinários (Livres)–Exercícios Anteriores..... 8.000,00

17.512.0017.2082–Manutenção do Sistema de Esgoto

3.1.90.13.00.00 – Obrigações Patronais

Fonte:3.0076-Recursos Ordinários (Livres)–Exercícios Anteriores..... 3.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto no art. 1º é indicado como recurso, consoante redação do art. 43, § 1º, I, da Lei 4.320/64, o proveniente do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2016, no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais) na seguinte Fonte de Recursos:

076-Recursos Ordinários (Livres)..... 13.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, 22 de setembro 2017.

MÁRIO AUGUSTO PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

Ribeirão Claro – PR, Sábado, 23 de Setembro de 2017.

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ano IV Edição nº 818

Pág. 13 / 30

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

LEI Nº 1252/2017

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO, ESTADO DO PARANÁ – RIBEIRÃO CLARO LEGAL.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Recuperação de Créditos do Município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, denominado **RIBEIRÃO CLARO LEGAL** destinado à regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos dos contribuintes, de natureza tributária ou não tributária, cujos fatos geradores tenham ocorrido até o final do exercício anterior a aprovação desta Lei, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, com ou sem exigibilidade suspensa:

Parágrafo único - Ficam excluídos do Programa de Recuperação de Créditos do Município de Ribeirão Claro/PR, os débitos referente à aquisição de lotes no Distrito Industrial que se beneficiaram por força da Lei nº 245/2006 e posteriores alterações.

Art. 2º - O ingresso no programa **RIBEIRÃO CLARO LEGAL** dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus a regime especial de consolidação, parcelamento e pagamento dos débitos a que se refere o art. 1º, ficando a Secretaria Municipal de Finanças autorizada a conceder desconto no pagamento dos juros e multas de mora de acordo com as opções previstas nesta Lei.

§ 1º - A consolidação dos débitos existentes em nome do optante será efetuada na data do pedido de ingresso ao programa **RIBEIRÃO CLARO LEGAL**.

§ 2º - A opção pelo programa **RIBEIRÃO CLARO LEGAL** implica no pagamento à vista, ou parcelado com pagamento de 20% (vinte por cento) da dívida recalculada no ato da assinatura do Termo de Confissão de Dívida.

§ 3º - A adesão ao programa **RIBEIRÃO CLARO LEGAL** deverá ser efetuada durante o horário de expediente na Secretaria Municipal de Finanças até o dia 15 de dezembro de 2017.

LEI Nº 1252/2017

Art. 3º - Os débitos deverão ser pagos nas seguintes condições:

I - pagamento à vista;

II - pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas, onde o valor da parcela não poderá ser inferior a:

a) R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoa física;

b) R\$ 100,00 (cem reais) para pessoa jurídica.

§ 1º - O crédito tributário ou não tributário que tenha sido objeto de parcelamento anterior à vigência desta Lei, não integralmente quitado, poderá ser objeto do programa.

§ 2º - A adesão ao parcelamento do programa **RIBEIRÃO CLARO LEGAL** implicará na aceitação da inclusão de todas as dívidas vencidas e exigíveis.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sábado, 23 de Setembro de 2017.

Ano IV

Edição nº 818

Pág. 14 / 30

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

§ 3º - Em qualquer condição em que ocorra o parcelamento, a quitação da primeira parcela deve ser efetuada no ato da assinatura do contrato, e as demais serão mensais e sucessivas a cada 30 (trinta) dias.

§4º - O valor de cada uma das parcelas incidirá juros de 1% ao mês e será atualizado monetariamente em 1º de janeiro de cada exercício financeiro de acordo com a variação anual do Índice INPC/IBGE ou outro Índice que venha substituí-lo.

Art. 4º - Os descontos sobre multa e juros de mora deverão obedecer os seguintes critérios:-

I - 90% (noventa por cento), para pagamento à vista;

II - 75% (setenta e cinco por cento), para pagamento de 02 (duas) a 12 (doze) parcelas;

III - 50% (cinquenta por cento), para pagamento de 13 (treze) a 24 (vinte e quatro) parcelas;

LEI Nº 1252/2017

IV - 25% (vinte e cinco por cento), para pagamento de 25 (vinte e cinco) a 36 (trinta e seis) parcelas.

Art. 5º - A opção pelo programa **RIBEIRÃO CLARO LEGAL** sujeita o contribuinte a:

I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos;

II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas no programa;

III - pagamento regular e tempestivo das parcelas do débito incluído no programa;

IV - a renúncia expressa e irretratável de qualquer contestação para com a Fazenda Pública Municipal, compreendendo os débitos, tributários e ou não tributários, que perfazem o montante obtido pela soma dos valores principais, incluindo multas, juros e atualização monetária, conforme estabelecido na lei tributária municipal, consolidados na data da adesão e ingresso no programa **RIBEIRÃO CLARO LEGAL**.

Parágrafo Único - Quando deferida a opção, se houver débito incluído no programa que seja objeto de execução fiscal, os Procuradores Jurídicos do Município suspenderão o feito enquanto o programa estiver sendo cumprido.

Art. 6º - O contribuinte será excluído do programa **RIBEIRÃO CLARO LEGAL** mediante ato do Secretário Municipal de Finanças, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - inadimplência, de 03 (três) parcelas consecutivas, ou de 06 (seis) alternadas, bem como no atraso de superior a 90 (noventa) dias, o que primeiro ocorrer no pagamento de débitos abrangidos pelo programa **RIBEIRÃO CLARO LEGAL**;

II - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

III - constituição de crédito, lançado de ofício, correspondente a débito abrangido pelo programa e não incluído na confissão a que se refere o artigo 2º desta Lei, salvo se integralmente

LEI Nº 1252/2017

pago em 30 (trinta) dias, contados da constituição definitiva ou quando impugnado o lançamento da intimação da decisão administrativa ou judicial, que o tornou definitivo;

IV - falência ou extinção, pela liquidação da pessoa jurídica;

DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.ribeiraoclaro.pr.gov.br



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

Ribeirão Claro – PR, Sábado, 23 de Setembro de 2017.

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ano IV Edição nº 818

Pág. 15 / 30

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

V - falecimento ou insolvência do sujeito passivo, quando pessoa física, salvo se os herdeiros ou sucessores a qualquer título assumirem solidariamente as obrigações do programa, desde que os mesmos sejam cientificados;

VI - cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio permanecerem estabelecidas no Município de Ribeirão Claro e assumirem solidariamente com a cindida as obrigações do programa;

§ 1º - A exclusão do contribuinte, do programa, acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito confessado e ainda não pago, restabelecendo-se ao montante confessado, os acréscimos legais, previstos na legislação municipal à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, com a inscrição automática do débito em dívida ativa e consequente cobrança judicial.

§ 2º - Sem prejuízo das penalidades previstas neste artigo, as parcelas vencidas e não pagas sofrerão acréscimo de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculados a partir da data do vencimento e até o dia do pagamento e de multa de mora de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento).

Art. 7º - A homologação da opção pelo programa **RIBEIRÃO CLARO LEGAL** será realizada pelo Secretário Municipal de Finanças, com o pagamento da 1ª (primeira) parcela.

Art. 8º - Fica o Executivo Municipal autorizado a baixar normas complementares para a execução do programa e a dar ampla divulgação do programa à população.

Art. 9º - O Secretário Municipal de Finanças, através de ato próprio, estabelecerá os procedimentos administrativos para o processamento dos pedidos de inscrição ao programa **RIBEIRÃO CLARO LEGAL** e do parcelamento de que trata a presente Lei.

LEI Nº 1252/2017

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as Leis 176/2005, 217/2005, 235/2006, 509/2009, 523/2009, 540/2009, 553/2009, 593/2009, 606/2010, 664/2010, 682/2010, 691/2010, 727/2011, 734/2011, 758/2011, 782/2011, 906/2013, 924/2013, 979/2013, 1046/2014, 1099/2015 e 1149/2015 e demais disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2017.

MÁRIO AUGUSTO PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

Ribeirão Claro – PR, Sábado, 23 de Setembro de 2017.

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ano IV Edição nº 818

Pág. 16 / 30

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

LEI Nº. 1253/2017

SÚMULA: Autoriza o poder Executivo Municipal a criar o Programa Municipal de Fomento Rural, bem como utilizar recursos na promoção de Ações de Apoio e Incentivo às Atividades Rurais.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Fomento Rural para desenvolvimento de toda a área rural incluindo as atividades de Pesca e Aquicultura, Avicultura, Cafeicultura e desenvolvimento das cadeias produtivas rurais, incluindo nesse último item as atividades agropecuárias e agroindústrias de pequeno porte, inclusive olarias artesanais, visando a geração de emprego e renda para as famílias rurais, mediante projetos específicos.

Art. 2º – O Programa Municipal de Fomento Rural terá como público alvo os produtores rurais, com ênfase no atendimento a produtores familiares, incentivando, sobretudo o Associativismo e Cooperativismo.

Parágrafo único. Serão considerados serviços de interesse público, para fins desta Lei, aqueles que demandarem movimentação e transporte de terras, pedras, cascalho e materiais, escavações, terraplanagens, aterros, compactação, encaibramento, construção e manutenção de vias de acesso e outros serviços similares, quando prestados:

I – Na implantação de projetos de qualquer natureza, que importem em incremento à economia local, tais como suinocultura, ovinocultura, caprinocultura, produção leiteira, produção agrícola, agroindústria de pequeno porte, olarias artesanais e outros similares;

II – Na correção de anormalidades e deteriorações causadas por fatores climáticos adversos, tais como chuvas de granizo, precipitação excessiva de chuva, vendavais e outros;

III – Na melhoria dos acessos que servem para escoamento da produção, bem como os acessos de propriedades rurais e demais instalações.

Art. 3º – A construção e manutenção de vias de acesso às propriedades será feita gratuitamente, visando o escoamento da produção e o acesso dos alunos à escola, de acordo com a disponibilidade de maquinários.

Art. 4º – O Município poderá subsidiar os serviços executados, com exceção do disposto no artigo 3º, mediante o fornecimento de serviços de máquinas, específicos para cada atividade, cobrando apenas o valor do combustível gasto, limitados à quantia de horas especificadas em cada atividade.

Capítulo I DA PESCA E AQUICULTURA

Art. 5º – Para obter o benefício de incentivo o produtor rural deverá apresentar os seguintes documentos:

I – Solicitação de interesse preenchido na Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento;

DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.ribeiraoclaro.pr.gov.br



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br	De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013		
Ribeirão Claro – PR, Sábado, 23 de Setembro de 2017.	Ano IV	Edição nº 818	Pág. 17 / 30
ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO			

II – Preenchimento de Cadastro, com a apresentação de documentos pessoais (RG e CPF), comprovante de endereço, matrícula atualizada da propriedade rural (máximo de 90 dias) que comprove que a propriedade está nos limites territoriais do Município, CAD/PRO (Cadastro de Produtores Rurais) e notas de produtor emitidas nos últimos 12 (doze) meses;

III – Certidão negativa de débitos ou positiva com efeitos negativos, emitida pela Secretaria Municipal de Finanças;

IV – Aprovação prévia pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Ribeirão Claro;

V – DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF);

VI – Licença ambiental do IAP (Instituto Ambiental do Paraná);

VII – Requerimento dirigido ao Prefeito Municipal solicitando a concessão do incentivo.

Art. 6º – A execução de serviços de terraplanagem, escavações e transporte de terra estará limitada ao máximo 2.000 m² de lâmina d'água, ou 25 horas máquina, sendo válido o que ocorrer primeiro.

Capítulo II

DA AVICULTURA

Art. 7º – Para obter o benefício de incentivo o produtor rural deverá apresentar os seguintes documentos:

I – Solicitação de interesse preenchido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento;

II – Preenchimento de Cadastro, com a apresentação de documentos pessoais (RG e CPF), comprovante de endereço, matrícula atualizada da propriedade rural (máximo de 90 dias) que comprove que a propriedade está nos limites territoriais do Município, CAD/PRO (Cadastro de Produtores Rurais) e notas de produtor emitidas nos últimos 12 (doze) meses;

III – Certidão negativa de débitos ou positiva com efeitos negativos, emitida pela Secretaria Municipal de Finanças;

IV – Aprovação prévia pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Ribeirão Claro, que analisará além das questões técnicas de enquadramento do tamanho (pequeno e médio produtor) ao levantamento topográfico analisado pela Secretaria Municipal de Obras;

V – Licença ambiental do IAP (Instituto Ambiental do Paraná);

VI – Termo de compromisso de geração de empregos;

VII – Requerimento dirigido ao Prefeito Municipal solicitando a concessão do incentivo.

Art. 8º – Não poderá receber o incentivo o produtor que possuir máquina ou equipamento de porte igual ou superior ao solicitado à Prefeitura.

Art. 9º – O limite do incentivo, ou seja, pagamento apenas do combustível gasto, estará limitado a:

I – Um barracão = 70 horas máquina;



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sábado, 23 de Setembro de 2017.

Ano IV

Edição nº 818

Pág. 18 / 30

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

II – Dois barracões = 150 horas máquina;

Art. 10º – A ampliação do número de barracões mencionado no inciso II do artigo anterior somente poderá ser realizado com o incentivo dessa Lei após o prazo de 1 (um) ano, para novo enquadramento do produtor ao programa.

Capítulo III

DA CAFEICULTURA

Art. 11º – Para obter o benefício de incentivo o produtor rural deverá apresentar os seguintes documentos:

I – Solicitação de interesse preenchido na Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento;

II – Preenchimento de Cadastro, com a apresentação de documentos pessoais (RG e CPF), comprovante de endereço, matrícula atualizada da propriedade rural (máximo de 90 dias) que comprove que a propriedade está nos limites territoriais do Município, CAD/PRO e notas de produtor emitidas nos últimos 12 (doze) meses;

III – Certidão negativa de débitos ou positiva com efeitos negativos, emitida pela Secretaria Municipal de Finanças;

IV – Aprovação prévia pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Ribeirão Claro;

V – DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF);

VI – Apresentar memorial descritivo sucinto do projeto a ser incentivado, com A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) e quando necessário o respectivo licenciamento ambiental, área e estimativa de horas máquina a serem utilizadas na implantação do projeto de agroindústria;

VII – Requerimento dirigido ao Prefeito Municipal solicitando a concessão do incentivo.

Art. 12º – Não poderá receber o incentivo o produtor que possuir máquina ou equipamento de porte igual ou superior ao solicitado à Prefeitura.

Art. 13º – O limite do incentivo, ou seja, o pagamento apenas do combustível gasto, estará limitado a:

I – Para plantio de café um hectare = 10 horas de trator;

II – Transporte de calcário, quando iniciar o programa, de acordo com a capacidade do caminhão, uma viagem.

Art. 14º – A ampliação da área a ser plantada, com o incentivo previsto nesta Lei, somente poderá ser feita depois de decorrido o período de um ano, para que o produtor possa se enquadrar novamente no programa;

Capítulo IV

DO DESENVOLVIMENTO DE CADEIAS PRODUTIVAS RURAIS

DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.ribeiraoclaro.pr.gov.br



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

Ribeirão Claro – PR, Sábado, 23 de Setembro de 2017.

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ano IV Edição nº 818

Pág. 19 / 30

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 15º – Para obtenção do benefício de incentivo o produtor rural deverá apresentar os seguintes documentos:

I – Solicitação de interesse preenchido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento;

II – Preenchimento de Cadastro, com a apresentação de documentos pessoais (RG e CPF), comprovante de endereço, matrícula atualizada da propriedade rural (máximo de 90 dias) que comprove que a propriedade está nos limites territoriais do Município, CAD/PRO e notas de produtor emitidas nos últimos 12 (doze) meses;

III – Certidão negativa de débitos ou positiva com efeitos negativos, emitida pela Secretaria Municipal de Finanças;

IV – Aprovação prévia pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Ribeirão Claro;

V – DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF);

VI – Apresentar memorial descritivo sucinto do projeto a ser incentivado, com A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) e quando necessário o respectivo licenciamento

ambiental, área e estimativa de horas máquina a serem utilizadas na implantação do projeto de agroindústria;

VII – Requerimento dirigido ao Prefeito Municipal solicitando a concessão do incentivo.

Art. 16º – Não poderá receber o incentivo o produtor que possuir máquina ou equipamento de porte igual ou superior ao solicitado à Prefeitura.

Art. 17º – O limite do incentivo, ou seja, pagamento apenas do combustível gasto, estará limitado a:

I – Pecuária de corte: 10 horas máquina;

II – Pecuária de leite: 15 horas máquina;

III – Suinocultura: 10 horas máquina;

IV – Caprinocultura: 08 horas máquina;

V – Fruticultura: 10 horas máquina;

VI – Olericultura: 10 horas máquina;

VII – Florestamento/Reflorestamento: 05 horas máquina;

VIII – Olarias artesanais rurais: 10 horas máquina por semestre.

Capítulo V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18º – Outras atividades não mencionadas nesta Lei poderão ser beneficiadas desde que recomendadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sábado, 23 de Setembro de 2017.

Ano IV

Edição nº 818

Pág. 20 / 30

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 19º – Nos casos em que não for exclusiva à economia familiar, tais como pecuária de corte, florestamento e reflorestamento, será obrigatória a comprovação de registro de empregado(s), bem como as certidões de quitação com o INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Art. 20º – O critério para concessão do benefício será por ordem de entrada no protocolo geral do município, resguardada a regionalização.

Parágrafo único. Será dada preferência a produtores da área onde a máquina estiver trabalhando, até o limite de dez produtores.

Art. 21º – Para fazerem jus aos incentivos descritos nessa Lei, os produtores Rurais deverão comprovar as seguintes condições:

I – Não possuir máquinas e equipamentos que possibilitam a execução dos serviços;

II – Comprovar, mediante nota fiscal, a venda dos produtos agropecuários com município de origem Ribeirão Claro;

III – Estar em dia com os tributos municipais;

IV – Manter em dia a vacinação do rebanho bovino contra a febre aftosa e outras doenças;

V – Efetuar a tríplice lavagem nas embalagens de agrotóxicos e possuírem na propriedade, local apropriado para guarda das embalagens vazias;

VI – Possuir conservação do solo adequada, não importando serem arrendatários, parceiros, meeiros ou proprietários.

Art. 22º – Ficam revogadas as Leis Municipais nº(s) 246/2006, 303/2006, 911/2013 e 996/2013.

Art. 23º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2017.

MÁRIO AUGUSTO PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sábado, 23 de Setembro de 2017.

Ano IV

Edição nº 818

Pág. 21 / 30

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

LEI Nº. 1254/2017

Inclui nova ação no Exercício de 2017 ao Anexo da Lei Municipal nº. 972/2013 de 08/10/2013 que trata do Plano Plurianual para o Quadriênio 2014-2017 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º – Fica incluído no Exercício de 2017 ao Anexo da Lei Municipal nº 972/2013 de 08/10/2013 que trata do Plano Plurianual para o Quadriênio 2014-2017, a ação abaixo indicada:

Programa 0004 – Ribeirão Claro Hospitaleiro

Objetivo: Promover o turismo de forma correta e ordenada, explorando recursos e belezas naturais existentes proporcionando, tanto para comunidades locais, quanto turistas a satisfação de oferecer e receber produtos e serviços de qualidade.

Órgão: 12 – Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente, Esportes e Lazer

Unidade: 01 – Departamento de Turismo

Função: 23 – Comércio e Serviços

Subfunção: 695 – Turismo

Código	Ação	Produto
P.120	Revitalização do Balneário da Cachoeira	Outros Produtos
Ano		Valor
2014		0,00
2015		0,00
2016		0,00
2017		292.792,80
Unidade de Medida		Meta
Outras Unidades e Medidas		00
		00
		00
		100

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2017.

MÁRIO AUGUSTO PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

Ribeirão Claro – PR, Sábado, 23 de Setembro de 2017.

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ano IV Edição nº 818

Pág. 22 / 30

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

LEI Nº. 1255/2017

Inclui nova ação ao Anexo II da Lei Municipal nº 1210/2016 de 20/10/2016 que trata das Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2017 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º – Fica incluído ao Anexo II da Lei Municipal nº 1210/2016 de 20/10/2016, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2017, a ação abaixo indicada:

Programa 0004 – Ribeirão Claro Hospitaleiro

Objetivo: Promover o turismo de forma correta e ordenada, explorando recursos e belezas naturais existentes proporcionando, tanto para comunidades locais, quanto turistas a satisfação de oferecer e receber produtos e serviços de qualidade.

Órgão: 12 – Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente, Esportes e Lazer

Unidade: 01 – Departamento de Turismo

Função: 23 – Comércio e Serviços

Subfunção: 695 – Turismo

Código	Ação	Produto
P.120	Revitalização do Balneário da Cachoeira	Outros Produtos
Ano		Valor
2017		292.792,80
Unidade de Medida		Meta
		100

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2017.

MÁRIO AUGUSTO PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

Ribeirão Claro – PR, Sábado, 23 de Setembro de 2017.

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ano IV Edição nº 818

Pág. 23 / 30

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

LEI Nº. 1256/2017

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no corrente exercício, Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, Exercício 2017, Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 292.792,80 (duzentos e noventa e dois mil, setecentos e noventa e dois reais e oitenta centavos), conforme especifica o Programa de Trabalho abaixo:

12.00–SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, ESPORTES E LAZER

12.01–Departamento de Turismo e Meio Ambiente

23.695.0004.1.120–Revitalização do Balneário da Cachoeira

4.4.90.51.00–Obras e Instalações	
Fonte:810-Contrato de Repasse nº841459/2016/MTUR/CAIXA-Revitalização do Balneário da Cachoeira-Exercício Corrente	292.500,00
4.4.90.51.00–Obras e Instalações	
Fonte:3000-Recursos Ordinários (Livres)-Exercícios Anteriores	292,80

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior são indicados como recursos, os dispostos no §1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo:

I) o proveniente do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 292.500,00 (duzentos e noventa e dois mil e quinhentos reais), na fonte de recursos: 810-Contrato de Repasse nº841459/2016/MTUR/CAIXA-Revitalização do Balneário da Cachoeira;

II) o proveniente do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2016, no valor de R\$ 292,80 (duzentos e noventa e dois reais e oitenta centavos), na fonte de recursos 000-Recursos Ordinários (Livres).

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2017.

MÁRIO AUGUSTO PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - ESTADO DO PARANÁ RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO DE 2017 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO										
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)										
Em Reais										
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)			
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)				
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	37.480.000,00	38.172.260,25	6.335.514,35	16,60%	26.054.157,06	68,25%	12.118.103,19			
RECEITAS CORRENTES	37.430.600,00	37.509.110,25	6.194.386,83	16,51%	25.219.615,11	67,24%	12.289.495,14			
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.337.140,00	4.337.140,00	705.171,41	16,26%	3.044.813,04	70,20%	1.292.326,96			
Impostos	3.621.700,00	3.621.700,00	601.474,93	16,61%	2.510.377,85	69,31%	1.111.322,15			
Taxas	680.440,00	680.440,00	103.647,04	15,23%	534.385,75	78,54%	146.054,25			
Contribuição de Melhoria	35.000,00	35.000,00	49,44	0,14%	49,44	0,14%	34.950,56			
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	635.300,00	635.300,00	91.512,08	14,40%	382.535,91	60,21%	252.764,09			
Contribuição de Iluminação Pública	635.300,00	635.300,00	91.512,08	14,40%	382.535,91	60,21%	252.764,09			
RECEITA PATRIMONIAL	560.320,00	563.830,25	107.820,10	19,12%	503.015,81	89,21%	60.814,44			
Receitas Imobiliárias	38.970,00	38.970,00	5.269,00	13,52%	27.116,59	69,58%	11.853,41			
Receitas de Valores Mobiliários	521.350,00	524.860,25	102.551,10	19,54%	475.899,22	90,67%	48.961,03			
Receitas de Concessão e Permissão	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00			
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00			
RECEITA AGROPECUÁRIA	20.800,00	20.800,00	0,00	0,00%	9.467,21	45,52%	11.332,79			
Receita da Produção Vegetal	17.600,00	17.600,00	0,00	0,00%	9.467,21	53,79%	8.132,79			
Outras Receitas Agropecuárias	3.200,00	3.200,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	3.200,00			
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00			
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00			
RECEITA DE SERVIÇOS	2.411.040,00	2.411.040,00	371.717,81	15,42%	1.513.378,79	62,77%	897.661,21			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.652.880,00	28.727.880,00	4.809.315,98	16,74%	19.342.911,57	67,33%	9.384.968,43			
Transferências Intergovernamentais	28.652.880,00	28.727.880,00	4.599.334,91	16,01%	19.132.930,50	66,60%	9.594.949,50			
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	10.481,07	0,00%	10.481,07	0,00%	-10.481,07			
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00			
Transferências de Convênios	0,00	0,00	199.500,00	0,00%	199.500,00	0,00%	-199.500,00			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	813.120,00	813.120,00	108.849,45	13,39%	423.492,78	52,08%	389.627,22			
Multas e Juros de Mora	239.930,00	239.930,00	36.791,80	15,33%	111.511,61	46,48%	128.418,39			
Indenizações e Restituições	45.720,00	45.720,00	10.528,32	23,03%	58.227,32	127,36%	-12.507,32			
Receita da Dívida Ativa	504.570,00	504.570,00	58.403,99	11,58%	240.434,50	47,65%	264.135,50			
Receitas Correntes Diversas	22.900,00	22.900,00	3.125,34	13,65%	13.319,35	58,16%	9.580,65			
RECEITAS DE CAPITAL	49.400,00	663.150,00	141.127,52	21,28%	834.541,95	125,85%	-171.391,95			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00			
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00			
ALIENAÇÃO DE BENS	49.400,00	49.400,00	17.672,19	35,77%	36.898,65	74,69%	12.501,35			
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	7.496,10	0,00%	7.496,10	0,00%	-7.496,10			
Alienação de Bens Imóveis	49.400,00	49.400,00	10.176,09	20,60%	29.402,55	59,52%	19.997,45			
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	1.580,33	0,00%	7.755,23	0,00%	-7.755,23			
Amortização de Financiamento de Bens	0,00	0,00	1.580,33	0,00%	7.755,23	0,00%	-7.755,23			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	613.750,00	121.875,00	19,86%	789.888,07	128,70%	-176.138,07			
Transferências Intergovernamentais	0,00	120.000,00	0,00	0,00%	120.000,00	100,00%	0,00			
Transferências de Convênios	0,00	493.750,00	121.875,00	24,68%	669.888,07	135,67%	-176.138,07			
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00			
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00			
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	37.480.000,00	38.172.260,25	6.335.514,35	16,60%	26.054.157,06	68,25%	12.118.103,19			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00			
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00			
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00			
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00			
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00			
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00			
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00			
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	37.480.000,00	38.172.260,25	6.335.514,35	16,60%	26.054.157,06	68,25%	12.118.103,19			
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-			
TOTAL (VII) = (V + VI)	37.480.000,00	38.172.260,25	6.335.514,35	16,60%	26.054.157,06	68,25%	12.118.103,19			
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	2.853.844,74	-	-	814.327,85	-	-			
Superávit Financeiro	-	2.853.844,74	-	-	814.327,85	-	-			
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-			
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
	(d)	(e)	No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	37.480.000,00	41.026.104,99	5.675.888,98	26.006.815,64	15.019.289,35	6.694.859,01	22.492.785,29	18.533.319,70	21.628.254,02	3.514.030,35
DESPESAS CORRENTES	36.040.754,00	38.462.798,99	5.649.442,07	25.466.847,91	12.995.951,08	6.428.500,10	21.952.817,56	16.509.981,43	21.088.619,29	3.514.030,35
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.266.105,00	21.438.561,22	3.222.203,45	13.306.475,01	8.132.086,21	3.228.191,45	13.302.875,01	8.135.686,21	12.973.858,10	3.600,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.774.649,00	17.024.237,77	2.427.238,62	12.160.372,90	4.863.864,87	3.200.308,65	8.649.942,55	8.374.295,22	8.114.761,19	3.510.430,35
DESPESAS DE CAPITAL	1.064.940,00	2.189.000,00	26.446,91	539.967,73	1.649.032,27	266.358,91	539.967,73	1.649.032,27	539.634,73	0,00
INVESTIMENTOS	1.016.940,00	2.141.000,00	17.450,00	504.628,20	1.636.371,80	257.362,00	504.628,20	1.636.371,80	504.295,20	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	48.000,00	48.000,00	8.996,91	35.339,53	12.660,47	8.996,91	35.339,53	12.660,47	35.339,53	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	374.306,00	374.306,00	-	-	374.306,00	-	-	374.306,00	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	-	-	0,00	-	-	0,00	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	37.480.000,00	41.026.104,99	5.675.888,98	26.006.815,64	15.019.289,35	6.694.859,01	22.492.785,29	18.533.319,70	21.628.254,02	3.514.030,35
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	37.480.000,00	41.026.104,99	5.675.888,98	26.006.815,64	15.019.289,35	6.694.859,01	22.492.785,29	18.533.319,70	21.628.254,02	3.514.030,35
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	3.561.371,77	-	4.425.903,04	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	37.480.000,00	41.026.104,99	5.675.888,98	26.006.815,64	-	6.694.859,01	26.054.157,06	-	26.054.157,06	3.514.030,35
FONTE: PRONIM CPCETIL/SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPTO CONTABILIDADE, 21/09/2017 - 09:46hrs										
Anderson Rogério Costa da Silva		Nivaldo Aparecido Gallerani		João Sérgio Paschoal		Mário Augusto Pereira				
Téc.Contabilidade		Controle Interno		Secretário de Finanças		Prefeito Municipal				
CRC.PR-037848/O-6		CRC.PR-020054/O-4								

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial	46.422,00	185.696,00
Previsão Atualizada	46.422,00	185.696,00
Receitas Realizadas	-11.244,00	205.477,00
Déficit Orçamentário	24.256,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00	0,00
DESPESAS		
Dotação Inicial	46.422,00	185.696,00
Créditos Adicionais	0,00	6.500,00
Dotação Atualizada	46.422,00	192.196,00
Despesas Empenhadas	-11.244,00	205.477,00
Despesas Liquidadas	35.500,00	148.500,00
Superávit Orçamentário	0,00	56.977,00
DESPESAS POR AÇÕES	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	-11.244,00	205.477,00
Orçamento da Criança e da Adolescência	-11.244,00	205.477,00
Despesas Liquidadas	35.500,00	148.500,00
Orçamento da Criança e da Adolescência	35.500,00	148.500,00
FONTE: PRONIM CPCETIL/SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPTO CONTABILIDADE, 21/09/2017 - 09:46hrs		
Anderson Rogério Costa da Silva Téc.Contabilidade CRC.PR-037848/O-6	Nivaldo Aparecido Gallerani Controle Interno CRC.PR-020054/O-4	
João Sérgio Paschoal Secretário de Finanças	Mário Augusto Pereira Prefeito Municipal	

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - ESTADO DO PARANÁ RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO DE 2017 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO							
RREO - ANEXO 8 (Lei nº9394/1996-LDB, art. 72)							R\$ 1,00
RECEITAS DO ENSINO							
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS				
	INICIAL	ATUALIZADA	Até o Bimestre	%			
		(a)	(b)	(c) = (b/a)x100			
1- RECEITA DE IMPOSTOS	4.068.780,00	4.068.780,00	2.715.925,77	66,75%			
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	1.968.820,00	1.968.820,00	1.347.583,66	68,45%			
1.1.1- IPTU	1.580.000,00	1.580.000,00	1.154.709,98	73,08%			
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	388.820,00	388.820,00	192.873,68	49,60%			
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	977.260,00	977.260,00	459.882,36	47,06%			
1.2.1- ITBI	973.000,00	973.000,00	459.550,12	47,23%			
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	4.260,00	4.260,00	332,24	7,80%			
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	650.000,00	650.000,00	537.161,63	82,64%			
1.3.1- ISS	596.000,00	596.000,00	524.819,63	88,06%			
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	54.000,00	54.000,00	12.342,00	22,86%			
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	472.700,00	472.700,00	371.298,12	78,55%			
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural – ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00%			
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%			
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%			
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	22.878.800,00	22.878.800,00	15.827.429,66	69,18%			
2.1- Cota-Parte FPM	12.176.700,00	12.176.700,00	7.735.532,90	63,53%			
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.600.000,00	11.600.000,00	7.249.506,23	62,50%			
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	576.700,00	576.700,00	0,00	0,00%			
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	0,00	0,00	486.026,67	0,00%			
2.2- Cota-Parte ICMS	9.000.000,00	9.000.000,00	6.727.686,20	74,75%			
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	98.600,00	98.600,00	45.013,84	45,65%			
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	145.000,00	145.000,00	92.869,68	64,05%			
2.5- Cota-Parte ITR	158.500,00	158.500,00	10.512,31	6,63%			
2.6- Cota-Parte IPVA	1.300.000,00	1.300.000,00	1.215.814,73	93,52%			
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00%			
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	26.947.580,00	26.947.580,00	18.543.355,43	68,81%			
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO							
	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS				
	INICIAL	ATUALIZADA	Até o Bimestre	%			
		(a)	(b)	(c) = (b/a)x100			
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	8.910,00	8.910,00	3.337,25	37,46%			
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	681.440,00	681.440,00	436.660,44	64,08%			
5.1- Transferências do Salário-Educação	416.000,00	416.000,00	285.556,16	68,64%			
5.2- Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00%			
5.3- Transferências Diretas - PNAE	144.000,00	144.000,00	91.352,40	63,44%			
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	117.000,00	117.000,00	52.049,40	44,49%			
5.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00%			
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	4.440,00	4.440,00	7.702,48	173,48%			
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00%			
6.1- Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00%			
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00%			
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00%			
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	328.550,00	328.550,00	210.690,03	64,13%			
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.018.900,00	1.018.900,00	650.687,72	63,86%			
FUNDEB							
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS				
	INICIAL	ATUALIZADA	Até o Bimestre	%			
		(a)	(b)	(c) = (b/a)x100			
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.460.420,00	4.460.420,00	3.068.280,34	68,79%			
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.320.000,00	2.320.000,00	1.449.901,01	62,50%			
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.800.000,00	1.800.000,00	1.345.537,11	74,75%			
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	19.720,00	19.720,00	9.002,72	45,65%			
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	29.000,00	29.000,00	18.573,95	64,05%			
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB – (20% de ((1.5 – 1.5.5) + 2.5))	31.700,00	31.700,00	2.102,41	6,63%			
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	260.000,00	260.000,00	243.163,14	93,52%			
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.804.000,00	4.804.000,00	3.298.938,73	68,67%			
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.790.000,00	4.790.000,00	3.284.131,37	68,56%			
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00%			
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	14.000,00	14.000,00	14.807,36	105,77%			
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	329.580,00	329.580,00	215.851,03	65,49%			
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB			215.851,03				
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB			0,00				
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
	INICIAL	ATUALIZADA	Até o Bimestre	%	Até o Bimestre	%	
		(d)	(e)	(f) = (e/d)x100	(g)	(h) = (g/d)x100	
						INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.487.000,00	4.487.000,00	3.116.531,90	69,46%	3.116.531,90	69,46%	
13.1- Com Educação Infantil	877.500,00	877.500,00	707.391,12	80,61%	707.391,12	80,61%	
13.2- Com Ensino Fundamental	3.609.500,00	3.609.500,00	2.409.140,78	66,74%	2.409.140,78	66,74%	
14- OUTRAS DESPESAS	317.000,00	356.539,09	310.804,94	87,17%	280.804,94	78,76%	
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
14.2- Com Ensino Fundamental	317.000,00	356.539,09	310.804,94	87,17%	280.804,94	78,76%	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.804.000,00	4.843.539,09	3.427.336,84	70,76%	3.397.336,84	70,14%	
DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB			VALOR				
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB			0,00				
16.1 - FUNDEB 60%			0,00				
16.2 - FUNDEB 40%			0,00				
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB			39.539,09				
17.1 - FUNDEB 60%			0,00				
17.2 - FUNDEB 40%			39.539,09				
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)			39.539,09				
INDICADORES DO FUNDEB			VALOR				
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)			3.357.797,75				
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %			94,47%				
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério¹ ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %			7,31%				
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1+19.2) %) %			-1,78%				
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE			VALOR				
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS			39.539,09				
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017²			39.539,09				
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
	INICIAL	ATUALIZADA	Até o Bimestre	%	Até o Bimestre	%	
		(d)	(e)	(f) = (e/d)x100	(g)	(h) = (g/d)x100	
						INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.784.700,00	1.875.380,86	1.389.296,83	74,08%	1.318.512,80	70,31%	
22.1- Creche	573.200,00	599.432,22	434.436,21	72,47%	403.137,48	67,25%	
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	573.200,00	599.432,22	434.436,21	72,47%	403.137,48	67,25%	
22.2- Pré-Escola	1.211.500,00	1.275.948,64	954.860,62	74,84%	915.375,32	71,74%	
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	877.500,00	877.500,00	707.391,12	80,61%	707.391,12	80,61%	
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	334.000,00	398.448,64	247.469,50	62,11%	207.984,20	52,20%	
23- ENSINO FUNDAMENTAL	6.490.185,00	6.838.072,10	4.524.896,09	66,17%	4.160.672,40	60,85%	
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.926.500,00	3.966.039,09	2.719.945,72	68,58%	2.689.945,72	67,82%	
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.563.685,00	2.872.033,01	1.804.950,37	62,85%	1.470.726,68	51,21%	
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
25- ENSINO SUPERIOR	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
27- OUTRAS	100,00	100,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	8.324.985,00	8.763.552,96	5.914.192,92	67,49%	5.479.185,20	62,52%	

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						215.851,03	
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00	
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE						14.807,36	
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						39.539,09	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						47.439,88	
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						0,00	
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						18.416,58	
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35) ⁵						336.053,94	
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (36)) ⁶						5.143.131,26	
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % ⁶ - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						27,74%	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	418.180,00	418.761,73	287.429,74	68,64%	254.492,54	60,77%	32.937,20
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	591.810,00	593.376,26	390.596,56	65,83%	287.700,58	48,49%	102.895,98
43- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	1.009.990,00	1.012.137,99	678.026,30	66,99%	542.193,12	53,57%	135.833,18
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 43)	9.334.975,00	9.775.690,95	6.592.219,22	67,43%	6.021.378,32	61,60%	570.840,90
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (j)		
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			962,78		18.416,58		
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			962,78		18.416,58		
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00		
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA				FUNDEB		SALÁRIO EDUCAÇÃO	
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016				39.539,09		581,73	
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE				3.284.131,37		285.556,16	
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE				3.292.632,96		254.492,54	
48.1 Orçamento do Exercício				3.292.632,96		254.492,54	
48.2 Restos a Pagar				0,00		0,00	
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE				14.807,36		1.816,38	
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE				45.844,86		33.461,73	
51- (+) Ajustes				0,00		0,00	
51.1 Retenções				0,00		0,00	
51.2 Conciliação Bancária				0,00		0,00	
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO				45.844,86		33.461,73	
FONTE: PRONIM CPCETIL/SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPTO CONTABILIDADE, 21/09/2017 - 09:46hrs							
¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.							
² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."							
³ Caput do artigo 212 da CF/1988.							
⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.							
⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.							
⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.							
⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.							
Anderson Rogério Costa da Silva Téc. Contabilidade CRC.PR 037848/O-6	Nivaldo Aparecido Gallerani Controle Interno CRC.PR 020054/O-4	João Sérgio Paschoal Secretário de Finanças	Mário Augusto Pereira Prefeito Municipal				

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹
			No Bimestre	Até o Bimestre	%		No Bimestre	Até o Bimestre	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	37.480.000,00	41.026.104,99	5.675.888,98	26.006.815,64	100,00%	15.019.289,35	6.694.859,01	22.492.785,29	100,00%	18.533.319,70	3.514.030,35
Legislativa	1.830.000,00	1.830.000,00	228.815,89	847.561,51	3,26%	982.438,49	228.293,34	815.422,31	3,63%	1.014.577,69	32.139,20
Ação Legislativa	1.830.000,00	1.830.000,00	228.815,89	847.561,51	3,26%	982.438,49	228.293,34	815.422,31	3,63%	1.014.577,69	32.139,20
Administração	5.956.300,00	6.194.938,26	944.290,60	4.132.834,85	15,89%	2.062.103,41	1.306.876,53	3.640.215,73	16,18%	2.554.722,53	492.619,12
Administração Geral	3.832.800,00	3.978.725,76	631.320,45	2.481.228,26	9,54%	1.497.497,50	568.193,51	2.146.038,11	9,54%	1.832.687,65	335.190,15
Administração Financeira	1.233.800,00	1.242.512,50	197.757,03	845.555,45	3,25%	998.957,05	198.558,49	759.271,74	3,38%	483.240,76	86.283,71
Controle Interno	136.700,00	136.700,00	20.351,73	78.820,36	0,30%	57.879,64	20.351,73	78.820,36	0,35%	57.879,64	0,00
Tecnologia da Informação	224.000,00	308.000,00	0,00	215.324,39	0,83%	92.675,61	53.761,41	144.179,13	0,64%	163.820,87	71.145,26
Difusão Cultural	529.000,00	529.000,00	94.861,39	511.906,39	1,97%	17.093,61	466.011,39	511.906,39	2,28%	17.093,61	0,00
Assistência Social	1.532.410,00	1.929.151,88	402.507,15	1.353.904,89	5,21%	575.246,99	225.736,49	992.497,59	4,41%	936.654,29	361.407,30
Assistência ao Idoso	40.000,00	45.362,73	40.000,00	40.000,00	0,15%	5.362,73	19.995,00	19.995,00	0,09%	25.367,73	20.005,00
Assistência ao Portador de Deficiência	75.000,00	237.960,00	0,00	237.960,00	0,91%	0,00	15.000,00	215.460,00	0,96%	22.500,00	22.500,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	333.800,00	340.300,00	13.154,05	211.016,43	0,81%	129.283,57	39.107,77	183.623,83	0,82%	156.676,17	27.392,60
Assistência Comunitária	1.083.610,00	1.305.529,15	349.353,10	864.928,46	3,33%	440.600,69	151.633,72	573.418,76	2,55%	732.110,39	291.509,70
Saúde	6.452.112,00	7.707.867,20	814.788,33	4.791.728,45	18,42%	2.916.138,75	1.121.009,04	4.285.118,70	19,05%	3.422.748,50	506.609,75
Atenção Básica	5.868.282,00	7.067.087,20	725.391,30	4.434.385,41	17,05%	2.632.701,79	1.043.163,51	4.040.692,22	17,96%	3.026.394,98	393.693,19
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	350.000,00	393.120,00	67.000,00	278.789,29	1,07%	114.330,71	57.588,11	168.012,34	0,75%	225.107,66	110.776,95
Vigilância Sanitária	91.300,00	105.130,00	13.250,84	31.230,50	0,12%	73.899,50	11.111,23	29.090,89	0,13%	76.039,11	2.139,61
Vigilância Epidemiológica	142.430,00	142.430,00	9.146,19	47.323,25	0,18%	95.106,75	9.146,19	47.323,25	0,21%	95.106,75	0,00
Transferências	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00%	100,00	0,00	0,00	0,00%	100,00	0,00
Educação	9.731.875,00	10.331.590,95	1.496.245,07	7.031.018,21	27,04%	3.300.572,74	1.642.001,20	6.308.570,13	28,05%	4.023.020,82	722.448,08
Ensino Fundamental	7.517.675,00	7.954.710,09	1.157.902,11	5.251.215,31	20,19%	2.703.494,78	1.270.204,12	4.732.124,63	21,04%	3.222.585,46	519.090,68
Ensino Superior	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00%	50.000,00	0,00	0,00	0,00%	50.000,00	0,00</

FONTE: PRONIM CPCETIL/SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPTO CONTABILIDADE, 21/09/2017 - 09:46hrs

Anderson Rogério Costa da Silva
Téc.Contabilidade
CRC.PR-037848/O-6

Nivaldo Aparecido Gallerani
Controle Interno
CRC.PR-020054/O-4

João Sérgio Paschoal
Secretário de Finanças

Mário Augusto Pereira
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - ESTADO DO PARANÁ RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO DE 2017										
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)										
R\$ 1,00										
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
						Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100			
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				4.068.780,00	4.068.780,00	2.715.925,77	66,75%			
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU				1.580.000,00	1.580.000,00	1.154.709,98	73,08%			
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI				973.000,00	973.000,00	459.550,12	47,23%			
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS				596.000,00	596.000,00	524.819,63	88,06%			
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF				472.700,00	472.700,00	371.298,12	78,55%			
Imposto Territorial Rural - ITR				0,00	0,00	0,00	0,00%			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos				27.160,00	27.160,00	11.573,92	42,61%			
Divida Ativa dos Impostos				330.100,00	330.100,00	139.099,73	42,14%			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Divida Ativa				89.820,00	89.820,00	54.874,27	61,09%			
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				22.302.100,00	22.302.100,00	15.341.402,99	68,79%			
Cota-Parte FPM				11.600.000,00	11.600.000,00	7.249.506,23	62,50%			
Cota-Parte ITR				158.500,00	158.500,00	10.512,31	6,63%			
Cota-Parte IPVA				1.300.000,00	1.300.000,00	1.215.814,73	93,52%			
Cota-Parte ICMS				9.000.000,00	9.000.000,00	6.727.686,20	74,75%			
Cota-Parte IPI-Exportação				145.000,00	145.000,00	92.869,68	64,05%			
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				98.600,00	98.600,00	45.013,84	45,65%			
Desoneração ICMS (LC 87/96)				98.600,00	98.600,00	45.013,84	45,65%			
Outras				0,00	0,00	0,00	0,00%			
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II				26.370.880,00	26.370.880,00	18.057.328,76	68,47%			
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS				
						Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100			
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS				1.143.680,00	1.263.680,00	753.340,73	59,61%			
Provenientes da União				991.390,00	991.390,00	572.459,30	57,74%			
Provenientes dos Estados				150.090,00	270.090,00	180.258,47	66,74%			
Provenientes de Outros Municípios				0,00	0,00	0,00	0,00%			
Outras Receitas do SUS				2.200,00	2.200,00	622,96	28,32%			
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				0,00	0,00	1.524,34	0,00%			
Provenientes dos Estados				0,00	0,00	1.524,34	0,00%			
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				0,00	0,00	0,00	0,00%			
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				10.600,00	10.600,00	17.715,87	167,13%			
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				1.154.280,00	1.274.280,00	772.580,94	60,63%			
DESPESAS COM SAÚDE				DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
(Por Grupo de Natureza da Despesa)						Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	Inscritas em Restos a Pagar não Processados ⁷
DESPESAS CORRENTES				6.387.112,00	7.220.467,20	4.787.479,15	66,30%	4.280.869,40	0,00%	506.609,75
Pessoal e Encargos Sociais				3.498.390,00	3.661.304,63	2.280.488,30	62,29%	2.280.488,30	0,00%	0,00
Juros e Encargos da Dívida				0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Outras Despesas Correntes				2.888.722,00	3.559.162,57	2.506.990,85	70,44%	2.000.381,10	0,00%	506.609,75
DESPESAS DE CAPITAL				65.000,00	487.400,00	4.249,30	0,87%	4.249,30	0,00%	0,00
Investimentos				65.000,00	487.400,00	4.249,30	0,87%	4.249,30	0,00%	0,00
Inversões Financeiras				0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Amortização da Dívida				0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)				6.452.112,00	7.707.867,20	4.791.728,45	62,17%	4.285.118,70	0,00%	506.609,75
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO				DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados ⁷
						Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS				0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL				0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS				1.145.680,00	1.708.362,70	714.342,75	14,91%	695.226,00	23,98%	19.116,75
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS				993.590,00	1.166.272,70	633.525,27	13,22%	626.368,85	21,27%	7.156,42
Recursos de Operações de Crédito				0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Outros Recursos				152.090,00	542.090,00	80.817,48	1,69%	68.857,15	2,71%	11.960,33
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS				0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹				-	-	0,00	0,00%	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²				0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³				0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)				1.145.680,00	1.708.362,70	714.342,75	14,91%	695.226,00	23,98%	19.116,75
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)				5.306.432,00	5.999.504,50	4.077.385,70	85,09%	3.589.892,70	136,88%	487.493,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%)										19,88%
= (VI/(h ou i) / IIIb x 100) ⁵ - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ^{4 e 5}										520.208,71
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL IV/(h ou i) - (15 x IIIb)/100 ⁶										520.208,71
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017						-	-	-	-	-
Inscritos em 2016						118.850,52	18.851,00	97.537,52	2.462,00	2.462,00
Inscritos em 2013						4.580,10	0,00	4.114,44	465,66	465,66
Total						123.430,62	18.851,00	101.651,96	2.927,66	2.927,66
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º						Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)		Saldo Final (Não Aplicado)	
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016						0,00	0,00		0,00	
Total (VIII)						0,00	0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)		Saldo Final (Não Aplicado)	
Diferença de limite não cumprido em 2016						0,00	0,00		0,00	
Total (IX)						0,00	0,00		0,00	
DESPESAS COM SAÚDE				DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
(Por Subfunção)						Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	Inscritas em Restos a Pagar não Processados ⁷
Atenção Básica				5.868.282,00	7.067.087,20	4.434.385,41	92,54%	4.040.692,22	92,54%	393.693,19
Assistência Hospitalar e Ambulatorial				350.000,00	393.120,00	278.789,29	5,82%	168.012,34	5,82%	110.776,95
Vigilância Sanitária				91.300,00	105.130,00	31.230,50	0,65%	29.090,89	0,65%	2.139,61
Vigilância Epidemiológica				142.430,00	142.430,00	47.323,25	0,99%	47.323,25	0,99%	0,00
Transferências				100,00	100,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
TOTAL				6.452.112,00	7.707.867,20	4.791.728,45	100,00%	4.285.118,70	100,00%	506.609,75
FONTE: PRONIM CPCETIL/SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPTO CONTABILIDADE, 21/09/2017 - 09:46hrs										
Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.										
¹ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".										
² O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".										
³ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012										
⁴ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012										
⁵ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.										
⁶ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre										
Anderson Rogério Costa da Silva Téc. Contabilidade CRC-PR 037848/O-6			Nivaldo Aparecido Gallerani Controle Interno CRC-PR 020054/O-4			João Sérgio Paschoal Secretário de Finanças			Mário Augusto Pereira Prefeito Municipal	

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - ESTADO DO PARANÁ
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2017 / BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo XVIII (LRF, Art. 48)

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	25.518.548,00
Previsão Atualizada	25.942.058,25
Receitas Realizadas	26.054.157,06
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	814.327,85
DESPESAS	
Dotação Inicial	24.620.145,00
Créditos Adicionais	3.546.104,99
Dotação Atualizada	28.166.249,99
Despesas Empenhadas	26.006.815,64
Despesas Liquidadas	22.492.785,29
Despesas Pagas	21.628.254,02
Superávit Orçamentário	4.425.903,04

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	26.006.815,64
Despesas Liquidadas	22.492.785,29

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	38.602.772,85

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	432.590,00	-2.592.136,98	-59921,33%
Resultado Primário	-473.010,00	2.671.892,21	-56487,01%

RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	464.862,47	0,00	463.541,00	1.321,47
Poder Executivo	464.862,47	0,00	463.541,00	1.321,47
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.571.490,82	79.762,18	1.083.504,16	2.408.224,48
Poder Executivo	3.563.867,82	79.762,18	1.075.881,16	2.408.224,48
Poder Legislativo	7.623,00	0,00	7.623,00	0,00
TOTAL	4.036.353,29	79.762,18	1.547.045,16	2.409.545,95

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	5.143.131,26	25%	27,74%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	3.116.531,90	60%	94,47%
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	R\$4.500.000,00	0,00%

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	3.589.892,70	15%	19,88%

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL (%)	0,00

FONTE: PRONIM CPCETIL/SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPTO CONTABILIDADE, 21/09/2017 - 09:46hrs

João Sérgio Paschoal
Secretário de Finanças

Mário Augusto Pereira
Prefeito Municipal

Anderson Rogério Costa da Silva
Téc.Contabilidade
CRC.PR-037848/O-6

Nivaldo Aparecido Gallerani
Controle Interno
CRC.PR-020054/O-4